

## **PROJETO DE EXTENSÃO - CULTURA E IDENTIDADE: ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORTALECIMENTO DO LOCAL**

Márcia Regina Ferreira, [marciaregina@ufpr.br](mailto:marciaregina@ufpr.br), Universidade Federal do Paraná; Francielle Costacurta, [fran@ufpr.br](mailto:fran@ufpr.br), Universidade Federal do Paraná; Igor V. L., Valentin, [valentim@gmail.com](mailto:valentim@gmail.com), Universidade Federal Fluminense; Lucinei Aparecida Fragoso, [lucifragoso@hotmail.com](mailto:lucifragoso@hotmail.com), Universidade Federal do Paraná.

### **Resumo**

Este artigo trata de um estudo de caso da extensão participativa referente ao período de 2008 a 2010, da Universidade Federal do Paraná com a comunidade rural de São Joãozinho, localizada no interior da Mata Atlântica-PR, com o projeto intitulado “Cultura e identidade: elementos necessários para a prática pedagógica e fortalecimento do local”. A partir deste estudo de caso, busca-se levantar elementos sobre o processo de dialogicidade entre comunidade e universidade, os quais envolvem o ensino, pesquisa, extensão e um trabalho junto à comunidade de ampliação de diálogo para que se possa resgatar práticas que fomentam a mobilização associativa. Neste ir e vir de saberes formais e informais, pautados na ideia de Boaventura de Sousa Santos de “ecologia de saberes”, surgem questões fundamentais como a possibilidade da comunidade realizar um trabalho intergeracional que envolva atividades politizadoras e lúdicas, bem como a questão sobre práticas que favoreçam o modo de vida sustentável. Como resultados dos processos de comunicação da comunidade com a universidade, encontram-se afloradas os agravantes da opressão advindos do conflito ambiental, agrário e da desigualdade sócio-política, mas, ao mesmo tempo, o surgimento de novas práticas entre as famílias, as quais fomentam um enraizamento dessas famílias. Por fim, constatou-se que as famílias possuem uma ampla leitura de mundo sobre todo o contexto que as envolvem e, por outro lado, no tocante à educação universitária, amplia-se o entendimento do currículo e, dessa forma, efetiva o real sentido de sua existência e sua importância na construção e geração de conhecimentos pertinentes às reais necessidades da população.

Palavras-chave: ecologia política, caiçara, extensão participativa.

## **Introdução**

A universidade na atualidade busca uma ecologia de saberes. Essa nova epistemologia se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (ciência moderna e conhecimento tradicional) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles, sem comprometer sua autonomia. Tal ecologia de saberes se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento, dando consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo, no qual se cruzam conhecimentos e ignorâncias. O ponto central de sua discussão está na relação universidade/comunidade (SANTOS, 2004 e 2008) e uma extensão comprometida e sensível à diversidade existente (CARVALHO, 2004). Ocorre hoje uma necessidade de reorientação solidária da universidade tanto na formação dos estudantes como em suas atividades de pesquisa e extensão. Desta forma, busca-se no presente artigo apresentar um projeto de extensão com prática participativa que tem como objetivo propiciar o vínculo da UFPR Litoral com as populações tradicionais que vivem no interior da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba-PR – Paraná/Brasil. As ações foram pautadas na pesquisa ação e direcionadas às comunidades do sul da baía de Guaratuba, denominadas (i) Comunidade do Descoberto, (ii) Rio Cedro, (iii) Empanturrado, (iv) Riozinho e (v) São Joãozinho, sendo que as principais ações ocorreram nesta última, por ser uma comunidade centenária e empobrecida que sofre com a pressão e o conflito sócio-ambiental em seu território.

Neste ir e vir de saberes formais e informais surge algumas questões (que balizam a presente investigação): é possível na comunidade realizar um trabalho intergeracional que envolva atividades politizadoras e lúdicas? É possível também valorizar práticas que favoreçam o modo de vida sustentável? É possível desenvolver as ações docentes pautadas na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão? É possível pensar em uma extensão universitária que de fato seja participativa e que contribua para os processos de inclusão social e avanços nas políticas públicas do local?

Após a apresentação da metodologia desenvolvida neste estudo de caso, são apontadas as contribuições da extensão participativa tanto na formação do estudante como na do professor. Em relação à comunidade envolvida, apontam-se nos processos de diálogos com a Universidade os resultados obtidos. Por fim, verifica-se que estas ações podem estimular o fortalecimento do capital social e a geração de renda de forma sustentável envolvendo o trabalho intergeracional e que o projeto contempla de forma participativa o modo de vida sustentável e a realidade dessa comunidade. Além disso, encontra-se nessa prática um espaço para o desenvolvimento da educação para a autonomia, através da articulação entre a comunidade local e universidade.

## **Material e Metodologia**

A presente pesquisa teve como base preliminar a etnografia de natureza exploratória, utilizando-se de instrumentos de coleta de dados e técnicas de análise de caráter qualitativo pautados na pesquisa-ação (THILLEN, 2005). Apresenta-se como um estudo longitudinal, pois a coleta de dados e informações foi do período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010 na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, onde foram desenvolvidas ações com a Comunidade Rural de São Joãozinho do Município de Guaratuba-PR.

As informações aprofundadas sobre a trajetória histórica da comunidade foram coletadas através da metodologia da história oral e metodologias participativas (VERDEJO, 2006), realizado com 20 entrevistados que possuem como similaridade residirem a mais de trinta anos na comunidade de estudo. Além dessas atividades, desenvolveram-se com cerca de 30 famílias encontros como rodas de conversas e caminhadas a fim de dialogar sobre o lugar em que se vive.

Os meios de análise e o reconhecimento das informações foram pautados na ecologia política (ALIER, 1998, 2007) a fim de “identificar os distintos níveis em que os atores sociais e naturais funcionam e descrever a maneira com que se inter-relacionam transversalmente no complexo processo da luta sociopolítica e ambiental” (LITTLE, 2006, pg. 92). O escopo foi o de fomentar nos estudantes uma visão mais complexa sobre a realidade das famílias caiçaras rurais.

As atividades foram direcionadas às comunidades do sul da baía de Guaratuba -Descoberto, Rio Cedro, Empanturrado, Riozinho, São Joãozinho- Figura 1. Em especial, na Comunidade rural de São Joãozinho no município de Guaratuba-PR, comunidade essa composta por 30 famílias rurais (130 pessoas), reconhecidas como posseiros que desenvolvem diversas atividades da economia cultural como pesca artesanal, agricultura de subsistência no costume do Guaju, extrativismo e artesanato de produtos da floresta.

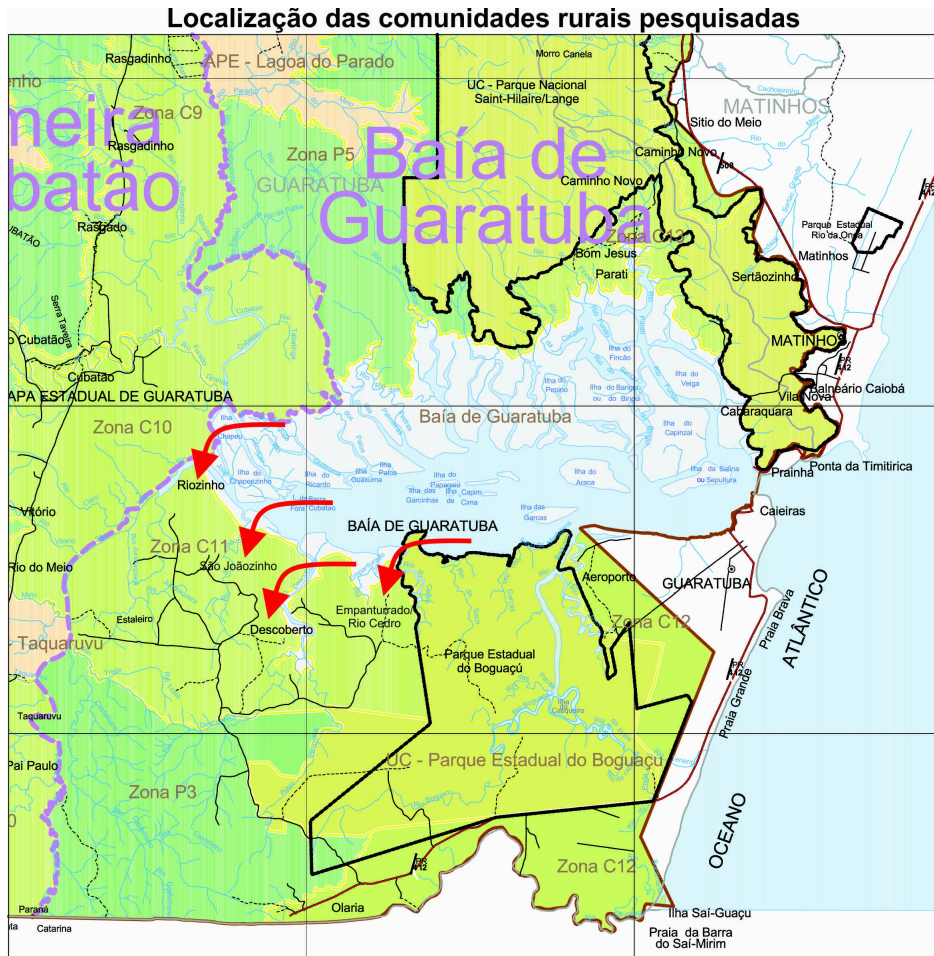


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES AO SUL DA BAIÁ DE GUARATUBA-PR  
(BRASIL)

## Contextualização

O Projeto de extensão Cultura e Identidade, presente na comunidade rural de São Joãozinho desde o ano de 2008, tem como membros integrados ao projeto crianças e adolescentes, adultos e idosos, os quais explicitam os objetivos a serem alcançados pelos trabalhos desenvolvidos junto à universidade. As questões norteadoras do eixo de diálogo e ação levantados pela comunidade atingem seu sítio simbólico (ZAOUAL, 2003) composto pelas suas representações de território, que contribuem para o modo de vida sustentável, em relação às práticas sociais tradicionais integradas com a natureza e ao convívio comunitário baseado nas relações de solidariedade entre as famílias (como as práticas do Guaju nas roças). A priorização do Projeto de Extensão nas ações de diálogo e participação da comunidade justifica-se devido à necessidade de repensar a ciência tradicional que desperdiçou o conhecimento popular durante a história da ciência. Na visão científica ocidental moderna, os sítios simbólicos foram retirados de cena e fomentou-se a lógica da

lucratividade, produzindo impactos graves na natureza e nas pessoas que nela habitam em nome de um desenvolvimento sustentável. No sentido oposto, o objetivo central aqui é o de provocar a reflexão sobre a extensão participativa consciente que retira do obscurantismo a universidade, mostrando sua realidade e as desigualdades que as comunidades tradicionais sofreram e ainda sofrem como todos os efeitos colaterais desse desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, contrastando a ciência tradicional, imparcial e não dialógica Viana (2000) propõe o *envolvimento sustentável*, no qual que se busca “o conjunto de políticas e ações para fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais, espirituais e ecológicos para atingir a sustentabilidade em todas as dimensões” (VIANA, 2000, p. 243)

Tendo em mente o conceito de envolvimento sustentável, a extensão participativa desenvolvida tem como escopo sistematizar os conhecimentos construídos pela própria comunidade, valorizando a participação e o envolvimento dessas famílias. Pauta-se na dialogicidade (FERREIRA E SILVA, 2011), a qual promove a dinamização entre comunidade e universidade, assim como o aumento de diálogo entre os próprios membros da comunidade. Do mesmo modo, possibilita uma maior coesão entre os grupos e a manifestação de elementos importantes em suas vidas. Como resultado deste processo de envolvimento, as famílias manifestam e se identificam nos valores, nos sonhos, nas aspirações e nos sentimentos de pertencimento. Tais interações sociais se mostram fundamentais para que não ocorra o seu “desenraizamento” (WEIL, 2001).

As áreas nas quais o projeto de extensão se insere relacionam-se a educação ambiental, a regularização fundiária, a saúde, a cultura, a associação, a geração de renda e agroecologia. Essa complexidade contempla as linhas de pesquisa da ecologia política, abordada por Little (2006), que são: a antropologia (cultura), ecologia humana (relações no espaço), a geografia (conhecimento do território), medicina (curandeiras), a botânica (conhecimento das plantas e sua forma de cultivo) e a História (Memória coletiva), as quais promovem um amplo diálogo, considerando o contexto que essas famílias residem, em especial, por ser um território transformado em uma Área de Proteção Ambiental do bioma da Mata Atlântica. Em razão da proteção conservacionista através do arcabouço normativo ambiental brasileiro, desde 1993 as pessoas estão sujeitas a interferências nas suas tradicionais práticas agrícolas em razão dos órgãos fiscalizadores e de controle, que interpretam a lei seguindo intencionalidades políticas de economia mercadológica internacional. É relevante destacar que essa comunidade tradicional é reconhecida como caçara rural, pois vive em uma cultura de manutenção, baseada na auto-sustentabilidade, o que implica uma interdependência com o mundo baseada nas relações de pequena escala familiar e na confiabilidade na palavra (MARCÍLIO, 1986). O Estado exerce apenas sua função repressora: seus membros enfrentam os limites da legislação ambiental restritiva.

O caiçara que resiste em morar na floresta, em sua maioria encontra-se em uma situação de vulnerabilidade social, pois, no Estado Moderno, não ter o título de posse da terra, não ter acesso a informação de direitos e não possuir a renda monetária que garanta o poder de status implica no empobrecimento das pessoas. Assim, torna-se imprescindível atuar no projeto junto à comunidade em uma perspectiva de formação política. Trata-se de um grupo que sofre injustiça socioambiental. Adams (2002), ao discutir sobre o caiçara e suas dimensões do conflito, apresenta que a identidade caiçara sofreu (e sofre) uma exclusão histórica e socioambiental. Essa conjuntura é vivenciada por muitas comunidades tradicionais que vivem na floresta, inclusive a comunidade São Joãozinho, em que o projeto de extensão acompanha o empobrecimento sofrido pelas famílias em seu território, os quais estão relacionados às empresas (reflorestadoras de pinus) e os agentes oportunistas da cultura da informalidade, que fizeram e fazem parte da História da ocupação do litoral paranaense.

Atualmente, a comunidade de São Joãozinho - por seu vínculo com a terra, a qual foi herdada de seus ancestrais -, passa por um processo de diálogo, estimulado pelo Projeto de Extensão, que preconiza o fortalecimento social e as expectativas favoráveis dessas famílias em permanecerem na comunidade. Os membros dessa comunidade, embora possam usufruir de uma floresta densa, da cultura do plantio e de habilidades do artesanato, ainda assim são empobrecidas, limitando-se a uma produção extrativista que contempla a habilidade manual do manejo do cipó na confecção de cestas finas e a coleta de musgo, além da fabricação artesanal de farinha de mandioca. Por tais atividades econômicas (principalmente o extrativismo), a renda média mensal de cada membro é de R\$ 150,00 - abaixo da linha de pobreza (FERREIRA 2010).

Considerando que a cultura original da lavoura e a extração de alimentos na floresta foram diminuídas desde a década de setenta - por conta da invasão e grilagem das terras pelas empresas multinacionais madeireiras -, o meio de vida sustentável, que desde 1907 era mantido, foi cerceado, causando um empobrecimento generalizado e acarretando a evasão de muitas famílias para a periferia urbana das cidades próximas. A comunidade, diante de tanta opressão política e econômica, bem como conflitos de terra e invisibilidade governamental, ainda resiste e deseja continuar em seu território.

Desta forma, a comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos) é sensibilizada ao ter contato com essa realidade que difere com o território em que vive, possibilitando maior apreensão do aporte teórico apresentado nos processos de ensino e aprendizagem, favorecendo uma formação cidadã para o entendimento do funcionamento do Estado e os problemas advindos da economia de mercado – um entendimento do “economicismo irracional” (AKTOUF, 2004, ZOAUL, 2003).

Nesse sentido, esse conhecimento-reconhecimento, segundo Santos (2001), é o que designa por solidariedade. Ou seja, é uma nova forma de conceber a extensão, a docência e a pesquisa como um espaço de construção de conhecimento que funcione como um princípio de solidariedade, assim como direciona suas ações para a construção de um conhecimento prudente. Aqui, nesse relato da extensão participativa, o arcabouço teórico para a ação extensionista é a ecologia política, pois a mesma reconhece as desigualdades e os conflitos distributivos do Brasil.

### **Resultado e discussões sobre a prática da pesquisa participativa**

É possível apontar alguns avanços em relação às questões elaboradas no início do artigo quanto às mudanças na comunidade e os efeitos produzidos na mesma pelo método de diálogo. Um dos avanços foram as ações politizadoras e lúdicas entre pais, filhos e vizinhos, fomentando atividades que geraram mudanças práticas e efetivas no cotidiano da comunidade como a organização comunitária.

Os processos de diálogo em São Joãozinho (Figura 3) iniciaram considerando que cada família é uma instituição. A partir dessa realidade desenvolveram-se os encontros com a perspectiva de fomentar na comunidade espaços coletivos para o aprendizado social de seus membros, propiciados por meio de rodas de conversa. Os grupos reuniam-se com a periodicidade mensal a fim de desenvolver alguns hábitos na comunidade e construir um conhecimento a partir desses diálogos, ampliando o seu entendimento sobre a realidade da comunidade.

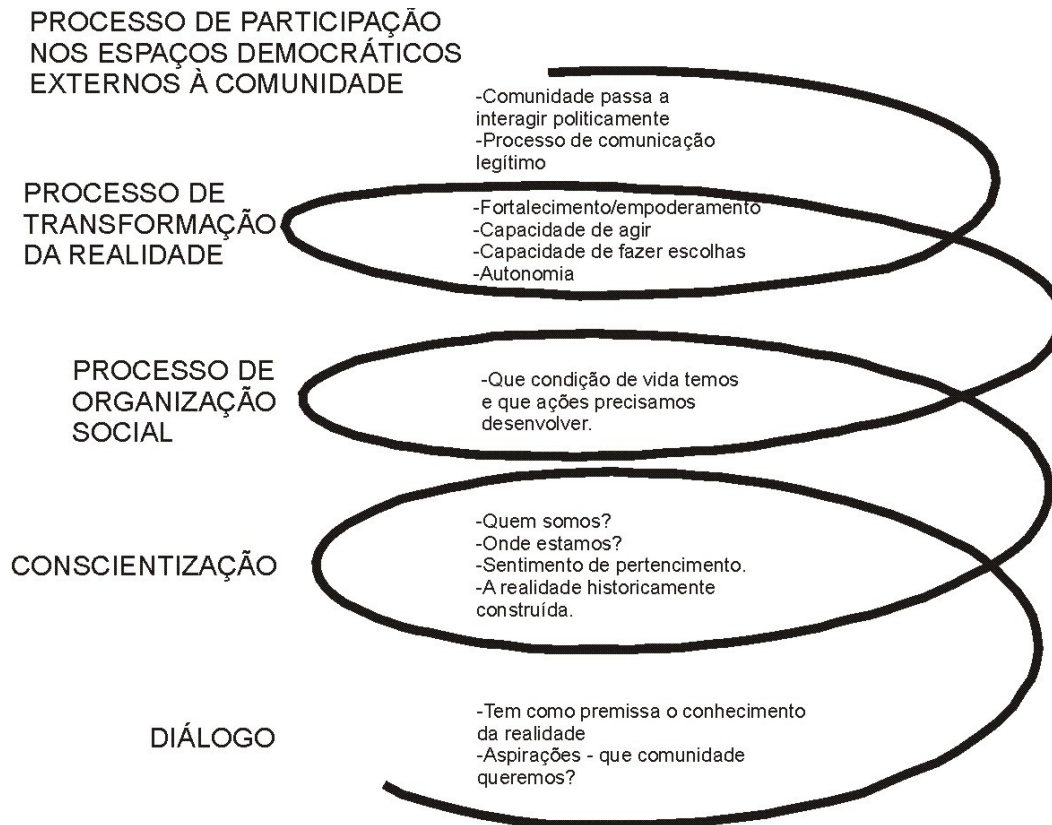


Fig 3: Espiral do processo de participação da Comunidade de São Joãozinho- PR

Os processos de participação dos últimos anos podem ser descritos na forma de um espiral, onde as fases de diálogos nunca se esgotam. O arcabouço teórico para essas atividades foi estruturado a partir de Paulo Freire (1979, 1981, 1986 e 2000) e contribuições de Lewin (1946) sobre a pesquisa-ação e a criação do espiral de investigação-ação adotado na comunidade por sua perspectiva emancipatória. A idéia do espiral auto-reflexivo é que a organização social racional avança, portanto, numa espiral de fases, cada uma das quais compõem um ciclo de planejamento, ação e averiguação de fatos referentes ao resultado da ação, resultando em um aprendizado social contínuo (Figura 3). Nesse trabalho, a primeira fase foi dialogar sobre a realidade dos seus membros e a manifestação de seus sonhos e desejos.

A vida de uma comunidade é demarcada pela vida em grupo e as pessoas o tempo todo estão desejando, estabelecendo e combinando regras que ajudam a viver melhor. Considerando a vida em comunidade, constata-se a importância da participação, e o entendimento dela como um processo existencial concreto, a qual se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana do grupo. Nesse sentido, o importante no trabalho de extensão foi promover espaços onde a comunidade pudesse manifestar, ou seja, ter voz, ao mesmo tempo em que os extensionistas passassem a



compreender toda a complexidade do mundo vivido desses atores por meio de um processo participativo. Esse elemento do diálogo foi importante para a manifestação dos valores e símbolos que a comunidade possui, assim também para pensar o sítio de pertencimento para outras economias, reconhecendo a importância do desenvolvimento *in situ*. No caso de São Joãozinho, as regras sociais são claras e os membros as vivenciam por meio de trabalhos coletivos, como o guaju (conhecido como mutirão). As relações entre as famílias são de proximidade por conta de seus parentescos. No entanto, mostra-se uma comunidade fechada, ou seja, com pouca interação com outras, o que acaba gerando uma relação de desconfiança entre seus membros e os membros de outras comunidades vizinhas.

A partir destas rodas de conversas e almoços comunitários (cada um trazia um alimento para confraternização), as famílias apresentaram de forma oral seus sonhos, o que desejam, o que querem para os seus filhos e quais são os seus objetivos. As 27 pessoas participantes informaram que desejam continuar morando na comunidade que é um lugar tranquilo, calmo, que traz felicidade para eles. Como título de ilustração, apresenta-se às aspirações das famílias rurais:

| <b>Aspirações da Comunidade Rural de São Joãozinho</b> |   |
|--|---|
| Titulação da Terra                                     | Conseguir a posse da terra para não ter perigo que alguém venha e roubem deles o seu lugar, sua casa  |
| Práticas agroecológicas                                | Conseguir melhorar as condições de uso do solo, melhorar as roças que estão cada dia mais fracas, gostariam de contar com técnicos agroecológicos para auxiliar no melhor consórcio de plantas e manutenção das hortas.   |
| Casa segura  | Melhorar a casa que moram, pois alguns não consideram segura porque entra bicho e as crianças sofrem com isso   |
| Letramento   | Organizar uma turma de adultos e realizar um curso de alfabetização querem melhorar a comunicação e entender melhor o que as pessoas apresentam por meio da escrita;  |
| Liberdade  | Sentir-se novamente livre, com autonomia e alegria. Nos últimos anos a pressão por terra, fez com que algumas famílias cercassem seu terreno, algo que antes nunca teriam feito. Tudo sempre foi usado sem demarcação do espaço e sempre funcionou, gostariam que esse sentimento voltasse na comunidade; |
| Participação   | A comunidade organizada com bom acesso a educação, saúde por meio de uma Associação da própria comunidade   |
| Água potável   | Acesso a Água potável, sabem que a água que tomam não é indicada para consumo;  |
| Educação   | Conseguir melhorar as condições de estudo dos filhos, precariedade do transporte escolar, do tempo que gasta e da   |

Quadro 1 – Aspirações da Comunidade Rural de São Joãozinho.

As aspirações das famílias com atividades extrativistas giram em torno do autoconsumo para segurança alimentar, da organização social para a manutenção de suas terras ocupadas tradicionalmente, da preocupação do futuro de seus filhos em relação ao estudo (que hoje está em uma situação precária) e com o bem estar em geral.

Quanto à questão do meio rural e o modo de vida sustentável, a extensão participativa contactou com a comunidade que os ativos que as famílias possuem não são somente os meios através do qual elas fazem a vida, os ativos também dão sentido ao mundo, sendo o capital humano um ativo importante. Nessa abordagem do Meio de Vida Sustentável, é possível um ambiente de empoderamento e ação. Porém, durante as atividades de extensão, foi possível encontrar um sentimento de impotência dos lavradores que vão acompanhando a desvalorização e a perda de seu campo de trabalho na terra, como apresenta um lavrador em seu relato sobre o empobrecimento na comunidade.

*“Antes eu me sentia lavrador, eu e os outros tínhamos espaço para trabalhar, nós trabalhávamos aqui fazia uma roça aqui hoje e quando nós tirávamos aquela planta ali deixava a terra se revestir de madeira outra vez, não ficava só num lugar. fazia um rodízio ali na frente, daí fazia outro pedacinho lá na frente, tava sempre com uma roça de aipim e arroz. Agora só vê pau de pinus e eucalipto. Antes onde tinha roça terminava uma roça e começava outra, todo mundo trabalhava de pé. Agora comparando aqui no Riozinho onde parece um quadro urbano, vamos assim dizer, porque é tudo reunido, aquelas casinhas mais ou menos de material feita de alvenaria. Lá no Riozinho, eles cresceram ali na comunidade por causa da prefeitura se não fosse à prefeitura tava todo mundo igual. Ia ser igual, a comunidade de São Joãozinho, bem pobre também. Na prefeitura o São Joãozinho só tem três que trabalham. E no Riozinho? Lá tem catorze funcionários da prefeitura morando, então é tudo família que tem recurso, recebe todo mês, já quase não tem roça de mandioca também. Mas, é bem diferente daqui. Eu digo isso porque eu vejo que lá eles tem mais informação, mais dinheiro que chega todo mês. A gente não.*

Lavrador da Comunidade de São Joãozinho - 68 anos.

O lavrador apresenta que nos últimos 30 anos o trabalho na terra vem diminuindo por conta das restrições sofridas com o cultivo do *pinus* e do eucalipto, assim como destaca que

se não fosse os empregos gerados pela Prefeitura do Município, a situação poderia estar bem pior. Ao mesmo tempo, sua fala demonstra certo descontentamento na simetria do número de moradores que são funcionários na comunidade de Riozinho e o número existente na comunidade de São Joãozinho. Por fim, faz um desabafo em relação ao capital cultural e a situação que se encontra e as opções que lhe restam para ganhar a vida:

*“O pessoal fala que agente tá mudando o hábito, não é que a gente daqui mudou o habito, é que não tem mandioca para fazer a farinha, não usa o tacho nada, nem tem mais como plantar já fiz minha roça lá no Itinga (terra que minha esposa ganhou da família) e já vou desmanchar a farinheira que eu usava com meus filhos aqui, estou só esperando o rapaz terminar o dele. A gente fica pensando em buscar alternativas. Mas eu penso que por essa parte (produção da farinha) essa área vai acabar mesmo só diminuindo. Antes, a gente fazia primeiro cinco ou seis sacos para vender, hoje eu tenho um monte de encomenda de farinha, mas não tem como plantar, eu não tenho mandioca para beneficiar. Porque a maioria do povo que trabaiava com a farinha foi embora? Porque tão indo embora daqui? Até hoje ninguém veio aqui vê como a gente ta vivendo. Não tem expectativa, não tem mais área de trabalhar na enxada. Para gente que sempre teve esse ofício é muito difícil a situação, eu vejo meus filhos tendo que faze tecido para ganhar a vida, não é bom.*

Lavrador da Comunidade de São Joãozinho - 68 anos

Diante da situação de um meio de vida fragilizado, a extensão participativa em diálogo com a comunidade desenvolveu as seguintes ações:

- Resgate das atividades da economia cultural como a pesca artesanal e coletiva, a valorização do guaju (agricultura de inter-ajuda e subsistência), assim como a produção do artesanato de produtos florestais não madeiráveis. Para tanto, buscou-se a articulação da universidade em seus diversos cursos (Agroecologia, Serviço Social, Gestão e Empreendedorismo, Gestão Ambiental e Ciências) para vivências na comunidade e estímulo à comercialização dos produtos produzidos pela comunidade.

Como fator preponderante dessas ações, obteve-se a continuidade da utilização do território e seus recursos do patrimônio material e imaterial que pertence à memória da formação sócio-histórica do Brasil.

No tocante às ações pautadas na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, pode-se considerar que a socialização da experiência entre os estudantes extensionistas ocorreu na interação da apreensão do conhecimento adquirido na comunidade São Joãozinho, a qual é socializada na interatividade de três espaços de discussão: (i) nas salas de aula onde o tema era a problemática socioambiental, ocorrida nos seminários de Gestão Ambiental e Agroecologia, (ii) durante as reuniões semanais onde era debatido entre a equipe e revisto os objetivos e demandas da comunidade pelos estudantes e (iii) na comunidade, onde o conhecimento é compartilhado com outros atores. Em relação ao docente, a comunidade é um espaço tanto de pesquisa como de ensino (aulas de campo e exemplos sobre a teoria a partir da realidade vivida e conhecida). Neste âmbito, o projeto de extensão amplia o currículo porque o alimenta com os aspectos conflitivos e desafiadores que essa realidade promove.

A partir do pressuposto da ecologia de saberes e ecologia política, só é possível pensar o envolvimento comunitário sustentável se os extensionistas tiverem sensibilização e reflexões necessárias sobre a realidade das famílias (ecologia humana), sobre a relação de conflito existente e sobre a invisibilidade sofrida por tais populações até os dias de hoje (FERREIRA e ett al, 2010). Quanto às famílias da comunidade, é possível apontar que o desafio do envolvimento comunitário sustentável está interligado às mudanças ocorridas nas últimas décadas. Como essas mudanças, por sua vez, manifestaram desilusões das famílias com as políticas públicas e seus agentes, assim como evidenciaram o duelo existente, por um lado está a defesa da propriedade privada e o segmento preservacionista, e no outro lado (mais vulnerável) está a comunidade que habita essas áreas, que tenta conciliar o social, cultural e, ao mesmo tempo, o econômico, por meio do extrativismo.

Assim, temos como resultados algumas pistas dos desafios da pesquisa participativa, pautada na ecologia política:

- a) O entendimento que a flexibilização curricular depende em grande parte de uma extensão sensível que possa de fato dialogar e construir conhecimentos significativos. Assim, a universidade, por meio de exercícios de relações democráticas, poderá gerar saberes e práticas efetivamente cidadãs. Como abordado no Fórum de Pró-Reitores (2006), a extensão é um espaço de formação do estudante que rompe aos ensinamentos de sala de aula, abrindo caminhos para ampliar o entendimento de currículo e, dessa forma, efetivar o real sentido de sua existência e importância na construção/geração de conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades da população.
- b) Transpor os muros invisíveis da universidade. A relação “teoria e prática” oportuniza conhecer a realidade complexa do mundo vivido que só é possível ser sabido a partir da

pesquisa-ação participativa gerada por uma extensão de forma contínua para conhecer a subjetividade e os sítios de pertencimento da comunidade envolvida.

- c) A extensão participativa desenvolvida aponta que estas famílias sofrem a invisibilidade governamental, pois até hoje não conseguem acesso à assessoria jurídica, assistência técnica para o plantio, saúde e educação. Para a equipe do projeto, essa comunidade representa uma dinâmica muito rica que oportuniza aprender sobre as dificuldades da organização comunitária e as vitórias dos pequenos avanços, quando se trata de uma comunidade invisível. Os próprios eventos, organizados entre comunidade e universidade, contemplam ações de confraternização, educação e politização, com base nas propostas da própria comunidade.
- d) A extensão universitária contribui de modo que as proposições sejam sempre construtivas, envolvendo as técnicas dos aparelhos do Estado, como, por exemplo, a necessidade de formalizar a “associação da comunidade caiçara rural de São Joãozinho”, a conquista de ter uma cadeira no Conselho Gestor na APA- Área de Proteção Ambiental de Guaratuba para manifestar suas necessidades do campo, assim como cursos de capacitação, organizados entre os membros da comunidade. Esses espaços criados pelas famílias visam à promoção da autonomia e da mobilização popular, evitando o aumento vulnerabilidade.

Por mais que as ações desenvolvidas em sua totalidade propiciem possibilidades ao fortalecimento dessas famílias e dos estudantes, o projeto esbarra na persistente tarefa de estabelecer o diálogo mesmo que essas famílias atualmente estejam com uma rotina intensa de trabalho para a sua subsistência. O excesso de trabalho dessas famílias, por falta de um Estado atuante, tem dificultado a organização social real e mobilização efetiva desse grupo pela escassez do tempo. A emancipação enfrenta tal obstáculo.

### **Apontamentos finais**

O ponto de partida da atividade de extensão sobre cultura e identidade caiçara, como este estudo apresenta, busca junto à comunidade refletir sobre os conflitos distributivos, econômicos e os conflitos da distribuição ecológica para o seu fortalecimento. Desta forma, reconhece as assimetrias e desigualdades sociais, espaciais e temporais no uso humano de recursos e serviços. Reconhece também, dentro deste cenário, a necessidade de estudar a mútua relação entre a distribuição econômica, a distribuição ecológica (incluindo gerações futuras) e a distribuição do poder político para a construção do envolvimento comunitário.

Encontra-se nessa prática de extensão um espaço para o desenvolvimento da educação para a autonomia, através da articulação entre a comunidade local e universidade. Onde a diversidade é aceita, buscam-se diversas formas de atuações dessas famílias, como a economia solidária, contemplando a riqueza cultural que envolve um

conjunto de habilidades e saberes para uma melhor utilização do meio ambiente nos critérios de sociabilidade. Do mesmo modo, busca-se o resgate de práticas agrícolas, um extrativismo que seja viável e ações que permitam a continuidade dessas famílias no meio rural. Ainda, as ações pautadas na dialogicidade se fazem importantes, pois fortalecem o patrimônio material e imaterial que pertencem à memória da formação sócio-histórica do Brasil.

## Referencia Bibliográfica

ADAMS, C. "Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e etnoecologia. 2002.

ALIER, J.M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. FURB, 1998.

ALIER, J. M. . **O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto. 2007.

AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do Avestruz**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CARVALHO, A.M (org). **(Re)conhecer diferenças, construir resultados**. Brasília: UNESCO, 2004.

FERREIRA, M. R., **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. 2010, 222f, Tese (doutorado em agronomia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERREIRA, Marcia Regina e SILVA, Francielle. **Da dialogicidade entre universidade e comunidade: um estudo de caso da extensão universitária a partir do exercício da democracia dialógica na pesquisa-ação**. Acesso em: [www.rgs.wiki.br/index.../enapegs2011/134-enapegs2011.html](http://www.rgs.wiki.br/index.../enapegs2011/134-enapegs2011.html). Disponível em: 25/06/2011.

**FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS**. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre:UFRGS; Brasília: MEC/SEsu, 2006.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Medo e ousadia: O cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, A. Admirável Mundo Novo: O novo contexto da política. **Caderno CRH**, Salvador, UFB?CRH, n.21, p.9-28, jul/dez.1994.

\_\_\_\_\_,A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

- LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico, **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006
- MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população**. Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Edições Paulinas/CEDHAL, 1986.
- SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente**: Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. S. A Ecologia de saberes. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.
- THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa Ação**. 7a ed. (1985 – 1ª ed.) São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- VERDEJO, M. E. **Diagnostico Rural Participativo**- Um guia prático. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- VIANA, V, M. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras.in: **Comunidades Tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlantica**. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2000.
- WEIL, s. **O enraizamento**. Bauru: EDUSC, 2001.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi –2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.